**INSTITUTO ENSINAR BRASIL**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI**

**MÁRCIA KELI RODRIGUES CARVALHO**

**A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DIANTE DO CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES E SUA ARTICULAÇÃO COM A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**

**TEÓFILO OTONI**

**2019**

**MÁRCIA KELI RODRIGUES CARVALHO**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI**

**A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DIANTE DO CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES E SUA ARTICULAÇÃO COM A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Psicologia.**

**Áreas de concentração: Psicologia de Emergências e Desastres e Psicologia Social Comunitária**

**Orientador Prof. Neuslete Esteves dos Santos Neumann**

**TEÓFILO OTONI**

**2019**

****

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DIANTE DO CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES E SUA ARTICULAÇÃO COM A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, elaborado pelo aluno MÁRCIA KELI RODRIGUES CARVALHO foi aprovado por todos os membros da banca examinadora e aceita pelo curso de Psicologia do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni como requisito parcial para a obtenção do título de

**BACHAREL EM PSICOLOGIA**

Teófilo Otoni, 06 de dezembro de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Orientador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Examinador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Examinador

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus que é a minha fortaleza e aos meus familiares que não mediram esforços para que hoje fosse possível a realização desse sonho.*

**AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço ao Senhor Deus, que me fortaleceu a todo tempo e me possibilitou essa conquista. Foi uma caminhada longa onde Ele proveu todas as coisas, todo sustento para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço a minha família (tios, tias, avós) que foi de muita importância, pois me auxiliaram a todo tempo que precisei, no qual sempre acreditaram no meu potencial.

Agradeço a minha mãe, Maria, pois ela não mediu esforços para me ajudar a trilhar esse caminho, agradeço pelo seu cuidado e preocupação para comigo nesse trajeto.

Agradeço ao meu pai Gilson, pois sempre foi compreensível comigo nas minhas ausências.

Agradeço a minha irmã e ao meu irmão que me traziam alegria e sorrisos em meio às dificuldades do percurso acadêmico.

Agradeço ao meu marido por ser meu companheiro, pela sua compreensão nas minhas ausências durante as noites de aulas.

*"E a sua posteridade será conhecida entre os gentios,*

*e os seus descendentes no meio dos povos;*

*todos quantos os virem os conhecerão,*

*como descendência bendita do SENHOR."*

Isaias 61:

**ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

ABRAPEDE - Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres.

ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social

CREAS - Centros Especializados de Assistência Social

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CONPDEC - Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

FLAPED - Federação Latino-americana de Psicologia das Emergências e dos Desastres.

GEACAP - Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Pública.

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

SEDEC - Secretaria Nacional de Defesa Civil

SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

SOCHPED - Sociedade Chilena de Psicologia das Emergências e dos Desastres.

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde.

ULAPSI - Congresso Latino-americano na Psicologia.

.

**RESUMO**

Esse trabalho propõe-se estudar as possibilidades de atuação do psicólogo diante do contexto de emergência e desastres como também apontar o surgimento e aspecto histórico da construção dessa área. Buscou-se caracterizar o fazer da Psicologia neste âmbito considerando a perspectiva da Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária e seu compromisso social. A pesquisa demonstrou a inserção das políticas públicas no Brasil, atrelando a sua Interface com a Psicologia de Emergências e Desastres. Caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica pura de cunho qualitativo em um nível exploratório. Assim o trabalho promove uma reflexão sobre a atuação de tal profissional, bem como suas perspectivas e desafios para uma prática cidadã no contexto de emergências e desastres. Sendo assim o presente trabalho aponta as possíveis contribuições da Psicologia para o enfrentamento das emergências e desastres.

**Palavras-chave**: Emergência e Desastre. Psicologia Social Comunitária. Políticas Públicas.

**ABSTRACT**

This paper proposes to study the psychologist's possibilities of acting in the context of emergency and disasters as well as to point out the emergence and historical aspect of the construction of this area. We sought to characterize the work of Psychology in this area considering the perspective of Social Psychology and Community Social Psychology and their social commitment. The research demonstrated the insertion of public policies in Brazil, linking its interface with the Psychology of Emergencies and Disasters. It was characterized as a pure bibliographic research of qualitative nature in an exploratory level. Thus the work promotes a reflection on the performance of such a professional, as well as their perspectives and challenges for a citizen practice in the context of emergencies and disasters. Thus, the present work points out the possible contributions of Psychology to coping with emergencies and disasters.

Keywords: Emergency and Disaster. Community Social Psychology. Public policy.

.

**SUMÁRIO**

[**1 INTRODUÇÃO........................................................................................................** **19**](#_Toc25598849)

[**2 REFERENCIAL TEÓRICO......................................................................................** **21**](#_Toc25598850)

[**2.1 Breve concepção do conceito de Emergência e Desastre.............................** **21**](#_Toc25598851)

[**2.2 Psicologia De Emergências e Desastres.........................................................** **22**](#_Toc25598852)

[2.2.1 Surgimento e aspecto histórico da Psicologia de Emergências e Desastres... **22**](#_Toc25598853)

[2.2.2 Inserção no Brasil da Psicologia de Emergências e Desastres........................ **25**](#_Toc25598854)

[2.3 Psicologia Social, Psicologia Social Comunitária e Psicologia de Emergências e Desastres........................................................................................ 27](#_Toc25598855)

[2.4 Políticas Públicas no Brasil............................................................................... 33](#_Toc25598856)

[2.5 Contribuições da Psicologia para o enfrentamento de Emergências e Desastres.................................................................................................................. 37](#_Toc25598857)

[2.6 Psicologia de Emergências e Desastres e compromisso social: desafios para uma prática cidadã.......................................................................................... 41](#_Toc25598858)

[**3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA.................... 47**](#_Toc25598859)

[3.1 Classificação da pesquisa................................................................................. 47](#_Toc25598860)

[3.2 Coleta de dados.................................................................................................. 47](#_Toc25598861)

[3.3 Tratamento dos Dados....................................................................................... 48](#_Toc25598862)

[**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.................................................................................... 49**](#_Toc25598863)

[**REFERÊNCIAS.......................................................................................................... 51**](#_Toc25598864)

**1 INTRODUÇÃO**

Fenômenos de Emergências e Desastres são situações que podem fazer parte da vida das pessoas. Noticiários anunciam frequentemente por meio da mídia, situações de desesperos diante de caos em que os prejuízos alcançam perspectivas materiais e físicas, portanto é pertinente suscitar o aspecto psicossocial considerando o sujeito de forma contextualizada. Dessa maneira, assim como outras áreas do saber, a Psicologia também direciona em seu dever ético, fornecer suas contribuições nessas situações que impactam as vivências a autonomia e a liberdade dos sujeitos de direitos garantidos legalmente.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2014) explana como responsabilidade e como um dever fundamental do psicólogo fazer a prestação de serviços profissionais em contextos de emergência ou calamidade pública sem que se vise à beneficiação pessoal. Dessa forma é necessário pensar em estratégias contextualizadas, em prol de ações destinadas à prevenção e mitigação das emergências e  desastres.

Este trabalho foi elaborado por meio de natureza pura, com cunho qualitativo e, aponta-se no decorrer do mesmo, a atuação da Psicologia a partir de uma visão ampla e sistêmica, com ações de fortalecimento dos sujeitos e das comunidades, agregando a Psicologia na gestão integral dos riscos de emergências e desastres.

Buscando compreender como se dá atuação do psicólogo diante do contexto de emergências e desastres, no primeiro capítulo apresenta-se as definições de Emergências e Desastres sob a visão da Psicologia e das outras áreas do saber, apontando as possibilidades de emprego de ambas as terminologias.

No segundo capítulo apresenta-se o aspecto histórico da inserção da Psicologia de Emergências e Desastres no âmbito internacional e posteriormente no Brasil, apontando os primeiros trabalhos referentes à temática que inicialmente foi direcionado pela influência da psiquiatria e mais tarde a presente área vai sendo construída pela perspectiva psicossocial, diversificando da atuação clínica.

No terceiro capítulo apontam-se as considerações da Psicologia Social, que contempla uma visão socio-histórica dos sujeitos, bem como os esboços da Psicologia Social Comunitária que apresenta um norteador crítico em  seu fazer, levando em consideração a identidade social construída pelos sujeitos das comunidades, o processo de ressignificação após o acometimento das emergências e desastres e também o empoderamento dos sujeitos por meio do processo de conscientização, que são temáticas centrais nos trabalhos de Martin Baró (1996) e de Góis (2008). Diante de tais considerações o presente trabalho articula a Psicologia Social Comunitária com a Psicologia de Emergências e Desastres, considerando o sujeito como agente ativo na transformação de si e da realidade na qual está inserido.

No quarto capítulo, apresenta-se o surgimento das políticas públicas no Brasil, que foi ponto importante para relacionar às situações de Emergências e Desastres, visto que as políticas de saúde, assistência social e de Defesa Civil, permeiam antes, durante e depois a tais contextos.

O quinto capítulo se trata das contribuições da Psicologia para o enfrentamento das emergências e desastres, em que o sofrimento humano perpassa uma comunidade, considerando, que pode existir a ruptura nos relacionamentos, nos laços estabelecidos com o outro e com o meio, ocasionando a fragilidade pessoal e coletiva.

Por fim, no sexto capítulo, apresenta-se a Psicologia de Emergências e Desastres enquanto o compromisso social, apontando a partir da Psicologia Social Comunitária, os desafios para uma prática cidadã. Portanto esse trabalho aponta possíveis caminhos aos profissionais e acadêmicos da Psicologia, informações que norteiam discussões sobre esse campo pouco disseminado para aqueles que almejam engajar nessa práxis, como também para que desenvolvam novas pesquisas científicas a fim de fortalecer a rede de informações.

# 

**2 REFERENCIAL TEÓRICO**

**2.1 Breve concepção do conceito de Emergência e Desastre**

Conforme cita Bruck (2007, p.14) o termo emergência, é designado como uma “situação crítica; acontecimento perigoso ou fortuito; incidente; caso de urgência” e urgência, como “atendimento rápido a uma ocorrência. Situação que exige providências inadiáveis”.

Para Sá *et al*. (2008) são considerados como situação de emergência, ocorrências catastróficas ou desastres ocasionados por circunstâncias naturais como por exemplo, erupções vulcânicas, terremotos, enchentes, secas, tornados, furacões; por acidentes, como incêndios; de outro modo, situações que são oriundas diretamente pelo homem tais como, ataques terroristas, sequestros relâmpagos, conflitos armados, tráfico de drogas, violência urbana entre outros. Nas quais todos os eventos ocorridos colocam a integridade física e/ou emocional dos sujeitos em ameaça.

De acordo com Molina (2006), situações em Emergências são aquelas que ocorrem de maneira inesperada, que implicam a vida e/ou a integridade física de um ou vários indivíduos, e que exigem uma intervenção especializada.

De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil (2000, p. 6) o desastre é empregado como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre uma população vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”.

Como cita Molina (2006, p. 55), desastre designa a “alterações intensas na vida das pessoas, nos bens, nos serviços e no meio ambiente, causadas por um acontecimento natural ou geradas pelo homem, que excedem a capacidade de resposta da comunidade afetada”.

Conforme a Política Nacional de Defesa Civil (2000) os desastres podem ser classificados como: naturais (desequilíbrio da natureza, e que ocorrem independente da ação do homem); humanos/antropogênicos (corresponde a ação ou a omissão humana, tendo como o homem enquanto o agente autor e ocasiona grande dano a sua espécie, habitat e sobre a natureza); ou mistos (em que ações do homem podem contribuir para a intensificação, complicação e agravo dos desastres naturais).

Como cita Jacquemot (2005), as definições de emergência sob a perspectiva do Dicionário Aurélio diz do surgimento de algo, e ela é um acontecimento, segundo o autor a definição introduz alguns critérios que evidenciam essa ocorrência, tais como o caráter imprevisto e repentino de sua manifestação, bem como o seu caráter crítico e perigoso.

Ainda conforme Jacquemot (2005), na linguagem da biomedicina brasileira, a emergência refere-se a um processo de risco iminente de vida, em que exige que o tratamento seja imediato, diante da necessidade de manter as funções vitais e evitar complicações graves.

Entende-se, portanto que ambos os termos empregados emergências e desastres são acontecimentos fora do cotidiano dos sujeitos, sendo então uma experiência divergente que comprometem a integridade física ou emocional dos mesmos, o que encarece de medidas interventivas imediatas. Dessa maneira, o presente trabalho tratará das duas terminologias, em consonância com a área da Psicologia das Emergências e Desastres.

**2.2 Psicologia De Emergências e Desastres**

2.2.1 Surgimento e aspecto histórico da Psicologia de Emergências e Desastres

Conforme Paulino e Sant’Ana (2018), os primeiros estudos referentes a emergências e desastres se originaram pelo pesquisador médico psiquiatra suíço Edward Stierlin em 1909. O pesquisador buscava compreender aspectos da emoção das pessoas relacionados a eventos de desastres, evidenciou a realização de atendimentos ocorridos em decorrência de uma explosão à mina de carvão em 1906 na França. Postula-se que as intervenções foram realizadas com familiares e amigos, tendo em vista que mais de mil mineradores não sobreviveram a tal evento.

De acordo com Martins (2012), o pesquisador Samuel Price, inicia estudos sobre variáveis psicológicas com pessoas vítimas de um desastre envolvendo um choque entre dois navios sendo eles um Francês e um Belga em 1917 no Canadá. No ocorrido um dos navios estaria carregado por explosivos, o que ocasionou um tsunami destruindo boa parte da capital da província da Nova Escócia. Tal estudo foi realizado através de observações bem como acompanhamento psicológico aos envolvidos.

Os autores Martins (2012), Paulino e Sant’Ana (2018) descrevem que em 1944, após um acidente na cidade de Boston (um incêndio) no Clube Noturno Coconut Grove, Lidemann, um germano-americano especializado em luto, realizou intervenções psicológicas aos familiares e vítimas por meio da análise das respostas dos mesmos. Nesse evento estima-se que foram mais de 400 óbitos registrados. Conforme Werlang (2015), por volta de 1954 por influência da Segunda Guerra Mundial foi instaurado nos Estados Unidos, um comitê para estudos sobre desastres.

De acordo com Benevides (2015), Carvalho e Borges (2009) no ano de 1970, surge o primeiro manual oriundo da Associação de Psiquiatria Americana, contendo princípios básicos de identificação das reações comuns aos desastres como também, um instrumento norteador para o reconhecimento do que se designava como pessoas “perturbadas emocionalmente”, possuindo descrições médicas sobre tais ocorrências, bem como orientações sobre os primeiros auxílios psicológicos nos casos de catástrofes.

Conforme Benevides (2015), em 1974 foi ordenada oficialmente a primeira lei nos Estados Unidos postulado através do Instituto de Saúde Mental, regulamentando a atuação dos psicólogos às vítimas de emergências e desastres, legitimando o acompanhamento psicológico para as mesmas por tempo indeterminado.

É importante destacar que nesse mesmo período a Psicologia foi ganhando status e legitimação enquanto profissão e campo científico, ganhando forças e maior proporção no âmbito internacional, entre as décadas de 70 e 80. Conforme Soares (2010), em 1979 Wundt cria o primeiro laboratório de Psicologia assim com seus estudos promissores que possibilitaria cada vez mais o percurso adiante desta ciência.

Nesta perspectiva, é possível perceber que existe a consideração e o reconhecimento de um sujeito dotado de subjetividade, e dessa forma teorias foram construídas, e o reconhecimento da prática psicológica passou ser contemplada por diversas perspectivas, conforme cita Cambaúva *et al.* (1998, p. 210), “quanto à história da Psicologia, podemos dizer, por enquanto, que ela emerge como ciência quando reconhece a instância individual do homem na sociedade e que, por motivos sociais, políticos e econômicos, necessita ser normatizada e padronizada”.

Foi possível dimensionar que os primeiros trabalhos referentes à ligação entre temática de emergências e desastres e o aspecto emocional, foi direcionado pela influência da Psiquiatria, como é colocado por Coêlho (2006, p.59),

quando se considera de 1900 a 2000, os primeiros 50 anos foram de pesquisas e trabalhos esporádicos. O interessante é que, nessa época, os estudos eram totalmente influenciados pela psiquiatria e com uma visão da época da Segunda Guerra Mundial, pois trabalhava-se com a possibilidade de guerra. Então, havia um investimento grande para entender as reações das pessoas frente aos desastres e às emergências para, na eventualidade de um ataque nuclear, se saber como conduzir esse tipo de trabalho, e talvez por isso a ênfase da Psicologia tenha sido de diagnóstico na área de desastres.

Carvalho e Borges (2009), Paranhos e Werlang (2015), descrevem que em 1980 ocorre um terremoto no México, fazendo com que a Faculdade de Psicologia da Universidade Autônoma do México propusesse à criação de um programa que viesse auxiliar com suporte psicológico às vítimas. E em 1986, na Colômbia, também foi desenvolvido um programa de atenção primária em saúde mental, em contextos pós-desastres, isso se deu em decorrência da erupção de um vulcão nomeado por Nevado Del Ruiz que entrou em erupção no povoado de Armero há um ano anterior.

De acordo com Souza (2012), os trabalhos referentes à temática se processaram gradualmente, e inicialmente o enfoque era apenas em pós-desastre entretanto, no século XXI, ações de prevenção também foram desenvolvidas.

Em 2002, é criado o primeiro congresso das Emergências e Desastres no Peru, que oportunizou a criação da Federação Latino-americana de Psicologia de Emergências e dos Desastres – (FLAPED), que possuía como principal enfoque, como dimensiona os autores Carvalho e Borges (2009, p.4) de “reunir psicólogos em sociedades nacionais no Peru e fazer com que os psicólogos que retornassem aos seus países também fossem despertados pela mesma intenção”.

Conforme Molina (2006) foi criado no Chile em 2004 a Sociedade Chilena de Psicologia das Emergências e dos Desastres (SOCHPED), envolvendo a participação de 15 psicólogos. Os objetivos foram: descrever e explicar processos psicológicos que aparecem no contexto de emergências, possibilitar o desenvolvimento e aplicabilidade de técnicas psicológicas a estes contextos, escolher pessoas para a integração a grupos de resgate e por fim, fornecer capacitação psicológica à comunidade para o enfrentamento de situações de emergências e desastres.

Toda movimentação internacional referente à temática apresentada, possibilitaria mais tarde a inserção da temática em outros países, assim como no Brasil. Possibilitando maior progresso e aprofundamento em um campo novo que estava sendo garimpado.

### 2.2.2 Inserção no Brasil da Psicologia de Emergências e Desastres

Conforme Benevides (2015), o primeiro registro oficial da atuação da Psicologia no contexto de emergência e desastre no Brasil foi no ano de 1987 no ocorrido em Goiânia, denominado de desastre do césio-137, sendo este, consagrado como o maior acidente radioativo do país. Carvalho e Borges (2009) vêm a acrescentar que nesse episódio, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de Brasília e a Universidade Católica de Goiânia deram suporte às pessoas atingidas no ocorrido do Césio-137.

De acordo com o CREPOP(2019), o reconhecimento da atuação da Psicologia nesse âmbito ligado a perspectiva social, se deu após os anos de 1996, quando ocorreu em São Paulo um acidente aeronáutico, em que um avião caiu próximo ao aeroporto de Congonhas. No ocorrido, diversas casas foram atingidas, ocasionando a morte de 99 vítimas fatais, dentre elas três moradores da rua. Conforme Franco (2005) um grupo de psicólogos ocupou-se na prestação de atendimento aos familiares das vítimas e aos funcionários da empresa.

De acordo com o CREPOP (2019) a temática de Emergências e Desastre começou a ser debatida em 2005 pelo Conselho Federal de Psicologia na cidade de São Paulo, se discutiu em uma mesa-redonda o seguinte tema: “Subjetividade, ecologia e desastres: a contribuição da Psicologia na América Latina”, durante o I Congresso da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) envolvendo também profissionais de outros países, tais como México e Chile. No ano seguinte em 2006 na cidade de Brasília DF, ocorreu o I Seminário Nacional de Psicologia de Emergências e Desastres com enfoque no tema “Construção de Comunidades mais Seguras”, iniciando assim novos debates e reflexões dessa práxis na sociedade brasileira, o presente evento contou com a participação da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Conforme Molina (2011) em 2007 aconteceu à participação do Brasil, no II Congresso da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) em Havana, Cuba, tendo como entidades o Conselho Federal de Psicologia e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), tendo como compromisso fomentar e impulsionar o desenvolvimento da específica área no país, bem como transmitir conhecimento da especialidade nesse contexto.

Os autores Carvalho e Borges (2009) descrevem que no ano de 2008, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina assinou um terno com a Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, no qual, possibilitou a criação de propostas a serem desenvolvidas atividades juntamente com a Defesa Civil Estadual, dimensionando assim, a responsabilidade na criação de subsídios técnicos para atuação em contextos de Emergências e Desastres.

De acordo com o CREPOP (2019) em Brasília-DF no ano de 2011, ocorreu o segundo Seminário Nacional de Psicologia de Emergências e dos Desastres. No ocasião propostas foram fomentadas, dentre elas a discussão de que os desastres são eventos atrelados a construção cultural ao contrário do que supõe o imaginário social de “desastres naturais”. Em 2012 ocorre a criação e oficialização da Associação Brasileira de Psicologia de Emergências e Desastres (ABRAPEDE).

Outros acontecimentos se deram em diversos Estados brasileiros por meio dos Conselhos Regionais de Psicologia, dentre eles um relatório desenvolvido pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul em 2013 no município de Santa Maria em que ocorreu um incêndio na boate Kiss. O ocorrido ocasionou a morte de 242 pessoas e 680 ficaram feridas. Como é dimensionado por Noal *et al.* (2016, p. 936)

estavam presentes, entre outros, membros da Diretoria Estadual de Saúde, da Coordenação Estadual de Saúde Mental, membros do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, psicólogas(os) voluntárias(os) de diversas organizações da área da saúde e membros da ajuda humanitária internacional. Nessa reunião, foi possível iniciar a elaboração da primeira estratégia de cuidados psicossociais e de saúde mental direcionados aos afetados pelo incêndio na boate.

Souza (2012) pontua que desde os primeiros trabalhos e estudos realizados pela Psicologia no Brasil, a mesma passa a contar com uma ampla bagagem de investigações.

O CREPOP (2019) dimensiona que o Conselho Federal de Psicologia criou uma plataforma online referente à Gestão de Risco Integral em Emergências e Desastres, contendo orientações técnicas sobre a importância do psicólogo frente a situações de desastres aéreos. Salientando informações técnicas em decorrência de um acidente que se deu no ano de 2017, com um time de futebol brasileiro, chapecoense, como também, o papel da Psicologia frente às epidemias que se davam no cenário brasileiro, tais como o Zika Vírus. Lembrando que todos esses adventos mencionados estão diretamente ligados pelo sistema de Gestão de Risco Integral em Emergências e Desastres e o CFP.

Por fim, é importante salientar, conforme o CREPOP (2019) que na perspectiva atual dessa atuação da Psicologia atrelada a contextos de Emergências e Desastres, a presente gestão Sistema Conselhos, entre anos de 2017 e 2019, dispõem de um grupo, nomeado de GT (Grupo de Trabalho) que também aderiu a Gestão de Risco Integral em Emergências e Desastres. Sendo este como processo importante para a Psicologia e a para a sociedade, e tem o por objetivo retomar de forma articulada, as ações do Conselho Federal de Psicologia sobre a referente temática, ampliando assim as possibilidades de discussões bem como promover a participação dos Conselhos Regionais, considerando os movimentos sociais.

O reconhecimento da necessidade de integrar as contribuições da Psicologia a esses contextos possibilitou a sua maior visibilidade na sociedade como também a Psicologia percebeu a necessidade de se inserir nos mais variados campos, que não fosse apenas clínico e sob os parâmetros do consultório.

## 2.3 Psicologia Social, Psicologia Social Comunitária e Psicologia de Emergências e Desastres

Conforme Almeida (2012) inicialmente a Psicologia Social decorrente do pensamento positivista norte-americano, foi amplamente visto no cenário brasileiro, contemplando os processos cognitivos observáveis e mensuráveis, como também a perspectiva dicotômica e naturalizante no processo de interação e constituição do ser psicossocial. E isto, se deu em conveniência da formação dos psicólogos sociais brasileiros nos Estados Unidos, como também devido à alta emergência de material bibliográfico traduzidos por autores renomados nessa perspectiva.

Como cita Lane (2012) se iniciam trabalhos em perspectiva de uma Psicologia Social com tendências predominantes na década de 50, sendo uma visão da tradição pragmática dos Estados Unidos, com objetivos de alterar ou propiciar atitudes para adequar e consequentemente garantir a produtividade com relações grupais harmonizadas. Contudo em meados de décadas de 60, essa perspectiva e o método até então usado pela Psicologia Social, passa a ser questionada a partir de análises críticas, apontando assim para uma crise da área, em que não se podia explicar nem prever por meio de tal conhecimento psicossocial, os comportamentos sociais.

Conforme Lane (2012), a crise que emergia na Psicologia se disseminou em diversos países, inclusive no Brasil, por meio de encontros em congressos, e movimentos que possuíam uma nova visão da Psicologia Social, rompendo inicialmente com a tradicional visão biológica da Psicologia, no qual o indivíduo era considerado como um organismo, em que os processos psicológicos internos explicariam a causa de seus comportamentos.

Lane (2012) acrescenta que o homem é cultura, o homem é história, portanto, apenas este biológico não é capaz de sobreviver por si só, entretanto, sua infraestrutura enquanto organismo permite, o desenvolvimento de uma superestrutura que é por sua vez, social e histórica, e esta dimensão que o ser humano traz não pode ser descartada, tão pouco distorcida sob um ponto de vista ideológico sobre o seu comportamento.

Bock (2008) contextualiza que no cenário brasileiro, era desconhecido o saber e as possibilidades práticas da Psicologia como compromisso social. Dessa forma a Psicologia Social brasileira era interessada pela elite a fim de favorecer a esse grupo, como forma de contribuir com sua tecnologia (testes psicológicos) para o controle e previsão de comportamento, sendo assim para a construção de um projeto novo de sociedade.

Posteriormente aos movimentos e as transformações econômicas, sociais, culturais que permeavam toda visão sobre o sujeito, seus modos de existir, suas relações sociais, sendo marcada pela mudança na forma de estudar e conceituar o sujeito, surgiu uma nova perspectiva em Psicologia.

Lane (2012) evidencia assim uma nova forma de pensar o ser como psicossocial, sendo este contemplado como um produto histórico e social, bem como um produto e produtor, de sua história pessoal e de sua sociedade. E na perspectiva do materialismo histórico, e na lógica dialética, que se torna possível a construção de uma epistemologia para a reconstrução de um conhecimento em consonância com a realidade e o cotidiano de cada sujeito, sendo assim passível de uma intervenção efetiva, nas redes de relações que exprime a definição de cada sujeito.

Conforme Freitas (2005), no contexto da Psicologia Social Brasileira, em 1980 foi criada a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), sendo esta considerada com um marco importante na constituição de uma Psicologia Social Crítica, histórica e, sobretudo comprometida com a realidade da população. O objetivo da ABRAPSO é produzir conhecimento, contribuir para o desenvolvimento da Psicologia Social e a integração de estudantes, profissionais, gestores e militantes.

Conforme Almeida (2012), nesta nova Psicologia Social Crítica, a interação social, é vista como uma relação mútua e contextualizada, com características sócio-históricas, na qual desenvolvemos significados sobre nós mesmos a partir de nossas interações e assim desenvolvemos atitudes acerca do mundo ao nosso redor.

Bock (2008) dimensiona que é necessário considerar as perspectivas históricas para que assim, seja possível enfatizar uma prática capaz de compreender que o homem não está pronto e que o mesmo não tem um destino próprio se conduzir, mas contudo, vai se constituindo de acordo coletivamente vai dando conta de produzir nossa sobrevivência e nossa vida social.

Conforme Lane (2012) a Psicologia Social Crítica, postula uma prática indissociável entre teoria e prática, o que propõe ao pesquisador o seu papel de agente  político e também como responsável da transformação da sociedade*.*

Pode-se dizer assim que Lane nos convida a refletir e questionar sobre a atuação da Psicologia Social. Dimensionando o que se denomina de  práxis, que de acordo com Lane (2012) é caracterizada como um fazer direcionado para a transformação do real, que uma teoria que não contempla a sua inserção real prática é uma separação entre conhecimento e interesse. Dessa forma o que Lane propunha é que sejamos comprometidos com teorias e pesquisas que sejam capazes de demonstrar claramente a realidade existente. Esta práxis proposta é em suma uma teoria a serviço da prática em que esta esteja em movimento numa relação dialética, em fundamento teórico e reflexão prática, o que faz de si uma práxis transformadora.

Conforme o CREPOP(2009, p.33),

apesar da ênfase na formação em Psicologia ainda ser a da clínica individual, esse enfoque não alcança ou responde totalmente aos problemas de ordem social, como as diferentes modalidades de violência e efeitos oriundos das desigualdades sociais, que impactam a subjetividade humana, ampliam vulnerabilidades e produzem diferentes modalidades de sofrimento – tanto singulares quanto coletivos. Nesse sentido, quando abordamos o tema da Psicologia em contextos de Riscos, Emergências e Desastres, a Psicologia Social assume um lugar estratégico.

Para Meller (2015) situações de emergências e desastres costumam resultar prejuízos para a sociedade atingida, tais como mortes e desestruturação social, ademais do possível desencadeamento de alterações físicas e emocionais nas pessoas envolvidas. Mais uma vez é possível perceber que a desestruturação desse social pode interferir consideravelmente no bem estar dos sujeitos visto que este faz parte de si enquanto sujeito que é construtor e é construído pela sociedade.

Por meio desta perspectiva de Lane, de um compromisso social da Psicologia, é possível assim nos direcionar a visualizar o seu atrelamento e comprometimento com a emergência e desastres. CREPOP (2011, p. 5) a Psicologia “vem buscando espaço para contribuir na política pública de defesa civil e, ao mesmo tempo, vem construindo referências de atuação em emergências e desastres calcadas na experiência prática”.

Sawaia (2005) evidencia que até mesmo no campo da Psicologia Social que surge no início do século  XX com interesse em estudar relação entre homem sociedade o conceito de comunidade não é explicitado como tema central. A ênfase se dava nos processos de interação e de grupo, e a intenção de rever criticamente a atuação do psicólogo na comunidade surge após a década de 70.

Conforme Freitas (2005) após o regime militar e possibilidades de uma sociedade democrática, a psicologia comunitária, é empregada em forma de uma publicação por D’ Amorim em 1980 e posteriormente em Lane em 1981 na conferência Psicologia Comunitária na América Latina, no primeiro encontro de Psicologia na Comunidade em São Paulo, promovida pela ABRAPSO. Percebe-se dessa forma que o surgimento e o desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária se direcionam ao campo da Psicologia Social Crítica, no que tange ao cenário brasileiro. Desde então, foram produzidos diversos trabalhos em Psicologia comunitária, atrelada a encontros produzidos pela ABRAPSO em diversas regiões do país.

Conforme Freitas (2005), a partir da década de 90, a expressão, Psicologia da comunidade passa a ser empregada com maior frequência, com atividades voltadas para área da saúde, pois anteriormente, era utilizada a expressão Psicologia na comunidade que designou a possibilidade de uma atuação deselitizada e mais ligada às condições de fato vivenciadas pela população, em que se expressa à crise da Psicologia que deixa de ser realizada apenas em consultórios.

De acordo com Freitas (2005), compreendendo o homem como construído sócio historicamente na América Latina, o emprego da terminologia Psicologia Social Comunitária, utiliza-se do arcabouço teórico da Psicologia Social, dando ênfase aos trabalhos com grupos, tendo uma visão contextualizada sobre os sujeitos colaborando para a formação de uma consciência crítica, o que estabelece a sua diferenciação divergente de práticas assistencialista.

Sawaia (2005) dimensiona que dessa maneira o psicólogo era confundido com educador social, com o assistente social, e também como o clínico fora do consultório, contudo ao qualificar-se Psicologia Social como Comunitária, nos evidencia hoje o objetivo de colaboração com a  criação dos espaços relacionais , na luta contra a exclusão de qualquer espécie, propiciando a tomada de consciência às ideologias e sistemas exploratório.

Nepomuceno (2008) descreve o fazer da Psicologia Social Comunitária enquanto uma nova possibilidade e postura metodológica e política de uma prática profissional crítica, contextualizada às especificidades de cada comunidade. O autor ressalta a necessidade de construir determinações teóricas e conceituais sobre determinado conjunto, após o estudo concreto da realidade social, junto às especificidades e limitações de cada comunidade. Essa crítica do autor se dá a modelos de “idealismo metodológico” que constroem conhecimento antes de conhecer a realidade, o que pode gerar resultados efetivos nos sujeitos envolvidos.

Conforme Góis (2008), a Psicologia Social Comunitária, centra-se em dois grandes parâmetros, sendo eles desenvolvimento humano e mudança social, partindo de uma visão positiva da comunidade e também das pessoas, com o reconhecimento de que estes são capazes de serem responsáveis e competentes no constructo de suas vidas, e para isso é pertinente à facilitação e conscientização a partir da ação local. A partir das considerações da Psicologia Social Comunitária, podemos relacionar a Psicologia de Emergências e Desastres no que tange o papel do psicólogo a estes contextos.

É a partir dessa dimensão de sujeitos comunitários que a Psicologia Social Comunitária busca mobilizar a comunidade através de intervenções e estratégias contextualizadas à realidade do sujeito enquanto agente ativo transformador, buscando maneiras de conhecer a historicidade da comunidade, estudando as potencialidades dos sujeitos, o nível de consciência destes, a fim de propiciar a ‘libertação histórica’ como é bem colocado no artigo de (NEPOMUCENO *et al*. 2008).

Para Góis (2008), o empoderamento dos sujeitos, bem como a participação social dos mesmos, torna-se ênfase no processo de mudança aos objetivos comunitários que se almejem alcançar.

De acordo com Martin Baró (1996) o processo de conscientização possibilita as pessoas a recuperarem a memória histórica para que assumam de forma autentica o seu passado, se deparando mais genuíno no presente, permitindo assim a projeção de um projeto pessoal e também nacional. Dessa maneira, a tomada de consciência da população aos contextos em que se encontram às fazem participantes e autônomas para lidarem aos contextos de prevenção e mitigação às emergências e desastres.

Como cita Martin Baró (1996), o papel do psicólogo deve ser determinado em decorrência das circunstâncias da comunidade a ser atendida e, o seu *quefazer* propõem a conscientização, permitindo ajudar a estas pessoas a saírem da condição de identidade alienada, possibilitando a transformação das condições de opressão de seus contextos.

A proposta de Martin Baró (1996) da Psicologia da Libertação que torna-se eixo central da Psicologia Social Comunitária evidencia que o psicólogo deve estar atento às realidades em que os povos enfrentam visto que estas pessoas muitas vezes não percebem as especificidades social e cultural em que se encontram. É dessa forma, assumir a responsabilidade histórica, de forma a contribuir para romper as condições desumanas e de alienação da consciência das camadas populares.

Como cita MARTÍN-BARÓ (1986, p. 182 *apud* ALMEIDA *et al.* 2015)

o importante é perguntar-nos se, com a bagagem psicológica de que dispomos hoje, podemos dizer e, sobretudo, fazer algo que contribua significativamente para dar resposta aos problemas cruciais de nossos povos. [...] a preocupação do cientista social não deve centrar-se tanto em explicar o mundo, mas em transformá-lo.

Conforme Martin Baró (1996), o processo de conscientização possibilita a promoção de uma consciência crítica em relação às raízes das situações de injustiça e alienação social. Contudo não é uma simples consciência de realidade, pois está por si só não é capaz de promover mudanças. A conscientização torna-se um processo facilitador no desencadeamento de mudança e também possibilita o rompimento dos esquemas de alienação, relações de dominação e submissão.

Conforme Góis (2008) a identidade social e o sentimento de pertença são características que são desenvolvidas e construídas mediante as relações sociais diretas, isto é, em mesmo espaço físico social. E este espaço em que o sujeito está inserido possui referencias e dimensões sociais interativas psicológicas e territoriais, e a partir da realidade local, os sujeitos constrói identidade social, relações que são peculiares e também afetivas.

De acordo com Góis (2008, p.73),

a comunidade, mais além de sua dimensão física, de lugar, que a identifica geograficamente, possui dimensão sócio-psicológica que implica a existência, nesse espaço físico, de uma rede de interação sócio-psicológica e identidade social de lugar.

Conforme o CREPOP (2019) a atuação da Psicologia em contextos de emergências e desastres é articulada a na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, isto é, torna-se participante desde aos processos educativos a fim de mitigar e prevenir riscos. Dessa forma, é importante que a Psicologia deva ser incorporada nas equipes de Defesa Civil que atua antes durante e depois das situações de desastres.

## 2.4 Políticas Públicas no Brasil

É importante salientar dois principais movimentos que contribuíram para a criação das políticas públicas de saúde no cenário brasileiro, sendo elas a Reforma Sanitária e Psiquiátrica, ambos os movimentos influenciaram no novo olhar que exigia a sociedade brasileira. Após a participação e as lutas sociais que se deram a partir do regime militar no Brasil em meados da década de 70, Trabucos e Santos (2015) evidenciam que a Reforma Sanitária, foi um movimento da sociedade pela luta da igualdade dos serviços de saúde sendo ela centralizada em uma saúde coletiva e nos aspectos sociais que compõem a vida dos sujeitos, bem como a melhoria da qualidade dos serviços, rompendo assim com a visão biologista, médica e curadora sobre os indivíduos.

Juntamente com esse movimento surge também a luta social pela qualidade dos serviços de saúde mental, sendo ela a Reforma Psiquiátrica brasileira entre a década de 70 e 80. De acordo Zambenedetti e Silva (2008) a Reforma Psiquiátrica veio como influência do contexto internacional como emergência de tratamento mais humano e digno as pessoas que sofriam de transtornos mentais pelo tratamento desumano que viviam institucionalizadas em decorrência de sua condição, enfatizando a necessidade de uma rede extra-hospitalar. Por meio dessa relação dialética, esses movimentos sociais contribuíram na efetivação de políticas públicas, fomentando discussões e ações nacionais que demandavam a democratização dos serviços.

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal Brasileira, que torna-se um marco importante para a consolidação das políticas públicas. Conforme o texto constitucional esta tem como objetivo “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”. É a partir desta constituição, que posteriormente conforme Lei n: 8080 de 19 de setembro de 1990 é criado o Sistema Único de Saúde propondo a universalização e garantia ao direito à saúde.

Posteriormente foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social, (LOAS), conforme [Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.742-1993?OpenDocument) 1993. Como menciona o Artigo 1º, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social, conforme resolução Nº 145, 15 de outubro de 2004, estabelecendo princípios e diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual este é constituído em 2005, conforme Resolução Nº 130, de 15 de Julho de 2005, estabelecendo o seu atendimento a quem necessitar independente de contribuição à seguridade social e participação da comunidade. Tendo como desdobramentos a Proteção Social Básica e Proteção Social especial que envolve desde os mecanismos de prevenção como também de intervenção especializada.

De acordo com Ventura (2011), é importante ter com clareza o papel da assistência social para que quando relacionarmos as situações de calamidade, em emergências e desastres, termos a ciência dos papéis de seus trabalhadores em diversas etapas desse processo para que assim se tenha um planejamento estratégico, não só durante esses eventos, mas também anteriormente a esses.

Conforme o 2° artigo da Loas, é atributo do Estado fornecer assistência de caráter de emergência, como também, a vigilância socioassistencial que tem como objetivo analisar em caráter preventivo as famílias e a ocorrências de ameaças, e vulnerabilidades. Desta maneira, tratando-se de contextos de emergências e desastres, o psicólogo inserido na rede pública de assistência social deve ter conhecimento das políticas públicas para que se compreenda os direitos das pessoas e famílias vítimas destes contextos.

Conforme Macedo *et al*. (2015), por meio dessa inserção em novos contextos de atuação da Psicologia aderiu e possibilitou a sua ampliação com seu leque de ação, como também possibilitou a garantia de uma ampla possibilidade de inserção no mercado de trabalho e consequentemente o futuro desta ciência como profissão.

O CREPOP (2019)traz uma perspectiva histórica dos primeiros registros ligados a Emergências e Desastres no Brasil e sua a Interface com as políticas públicas**.** Inicialmente é descrito que desde a época do Império, o Brasil já evidenciava preocupação com a população em situações de calamidades, sendo que em 24 de março de 1824, a Constituição Política do Império do Brasil, assegurou os “socorros públicos” à população. Contudo foi somente a partir de 1940 no qual houve a participação do Brasil na segunda guerra mundial, ocasionado as primeiras ações em surgimento do Serviço de Defesa Civil por demanda popular. Isso se deu em decorrência do naufrágio de navios militares que foram atacados na costa brasileira em Itagibá-Bahia.

De acordo com Furtado *et al.* (2013), a partir da década de 60 o país passou a atuar às situações de grave secas na região Nordeste, de forma a ressarcir prejuízos provocados por tal situação. Isso se deu em quatro de abril por meio da Lei de n. 3.742 no ano de 1960. Como também, o Estado passa dar mais visibilidade às situações de desastres, como é o caso das chuvas e inundações que atingiram a região Sudeste, oportunizando em agosto de 1966 um Decreto estabelecendo à disponibilização de um salário mínimo às famílias atingidas. É a partir de então que neste mesmo ano em 19 de dezembro que se deu a criação da à primeira Comissão Central de Defesa Civil em Guanabara.

De acordo com Pacheco e Souza (2017) a partir da década de 70, houve por meio do Governo Federal, a criação do Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Pública (GEACAP), no qual mais tarde em 1979 a nomeação de Secretária Nacional de Defesa Civil (SEDEC), como é considerada atualmente, propõe ações e diretrizes para atuação em situações de calamidades públicas. Em 1994, é criado a primeira Política Nacional de Defesa Civil, envolvendo em sua fundamentação quatro aspectos globais, sendo eles: a prevenção, a preparação para emergências e desastres; a resposta estes, e por fim a reconstrução. No percorrer da década de 90, ocorreram diversas revisões em termos legais referente à Defesa civil enquanto órgão governamental.

Conforme a Política Nacional de Defesa Civil (2000), o objetivo geral da Defesa Civil é a redução e diminuição da ocorrência dos desastres, visto que a sua eliminação é um objetivo utópico. As suas ações, consistem em: prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e Reconstrução.

Como cita Furtado *et al.* (2013), em 2010 na cidade de Brasília/DF, ocorreu a primeira Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, tendo a participação da sociedade civil.

Conforme a LEI Nº 12.608 de 10 de abril de 2012atualmente a Política atual em Defesa Civil, conta com atuação do governo Federal, Estadual e Municipal. Propondo assim a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), abrangendo ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil; o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) tem por objetivo contribuir em termos de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil; e por fim o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC) que auxiliará na formulação e implementação como também na execução, do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, prevendo a participação da sociedade civil, e de representantes das comunidades e atingidas por desastre e de especialistas.

Conforme o CREPOP (2019) no ano de 2010 ocorreu à primeira Conferência Nacional de Defesa Civil, contanto com a participação do CFP e suas contribuições nos debates, bem como fomentando mudanças nas políticas de proteção e Defesa Civil. A segunda Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil ocorreu em 2014. É dimensionado que as conferências Nacionais foram de suma importância, por integrarem uma abordagem democrática em relação à Proteção e Defesa Civil no país no qual puderam compartilhar as responsabilidades entre Estado e sociedade na elaboração de política pública de Proteção e Defesa Civil.

O que visa salientar com esse breve histórico das políticas públicas é a articulação da Psicologia com o compromisso social, como cita o CREPOP (2011, p. 9).

a atuação dos psicólogos e das psicólogas em questões sociais propõe um paradigma ao trabalho “identificando claramente o papel do psicólogo na realidade brasileira”. Este é um dos fatores que contribuíram para o surgimento do conceito de Compromisso Social da Psicologia, isto é, uma prática comprometida com a realidade social do país. Nasce aqui uma ponte que liga a Psicologia às políticas públicas.

Desta forma, é possível perceber que é de grande relevância conhecer os serviços de políticas públicas no Brasil, para entender como se dá à atuação conjunta do psicólogo nos contextos de emergências e desastres, pois o acolhimento das pessoas vítimas em algum destes contextos perpassam os serviços do SUS e SUAS bem como em uma perspectiva de compromisso social, atuando com os serviços de Defesa Civil, possibilitando ações de prevenção.

## 2.5 Contribuições da Psicologia para o enfrentamento de Emergências e Desastres

Podemos iniciar esse tópico, ressaltando que o homem está sempre em movimento, e a Psicologia como ciência desse objeto de estudo que se refere ao homem e simultaneamente ao seu meio, além de se inserir gradualmente nesse campo, traz algumas perspectivas de forma a contribuir para o enfrentamento das emergências e desastres.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2014) explana como responsabilidade e como um dever fundamental do psicólogo, fazer a prestação de serviços profissionais em contextos de emergência ou calamidade pública sem que se vise à beneficiação pessoal.

Conforme Molina (1994, *apud* MELO E SANTOS 2011, p.175), a Psicologia de Emergências e desastres,

é definida como aquela área da psicologia geral que estuda as diferentes mudanças e os fenômenos pessoais presentes em uma catástrofe, seja esta natural ou provocada pelo homem, que resulta em grande número de mortos ou feridos que tendem a sofrer sequelas por toda a vida.

De acordo com Martins (2012) a Psicologia de Emergências e Desastres, é dimensionada como área de atuação do psicólogo junto às pessoas atingidas por acidentes, desastres, incidentes críticos, catástrofes, objetivando a reconstrução dos seus espaços de vida bem como de suas relações intrapessoais.

Conforme Bruck (2007) a Psicologia de Emergências investiga, o comportamento das pessoas em acidentes e desastres, no qual tem o seu enfoque em ação de prevenção e também de pós-trauma, e se necessário subsidiar intervenções de compreensão, apoio superação às vítimas e profissionais socorristas.

Conforme a Associação Brasileira de Psicologia nas emergências e desastres (ABRAPEDE), esta tem como missão, promover mudanças que visem minimizar o sofrimento na sociedade, propiciar cuidados as pessoas afetadas, bem como comunidades, órgãos e também entidades de respostas, buscando assim, estratégias de promoção em acompanhamento e intervenção no desenvolvimento das políticas públicas em contato com a temática.

Segundo Sá *et al*. (2008), situações de emergências e desastre se configuram em uma conjuntura de circunstâncias que produzem a necessidade de intervenção de ajuda externa, que visem assim auxiliar e mitigar as consequências produzidas pelas anormalidades. Sendo necessária a atenção com a saúde física, às perdas, e, também, a aflição e as consequências psicológicas decorrentes dessas situações.

Melo e Santos (2011) complementam que a Psicologia em contextos de emergências e desastres se torna muito importante, pois as suas contribuições vão desde o tratamento das consequências psicológicas vivenciadas pelo indivíduo, comunidade ou cidades a partir de tais contextos como também na sua prevenção e mitigação.

De acordo com Souza (2012), a Secretaria Nacional de Defesa Civil, produziu um documento referente às contribuições da Psicologia de Emergência e Desastre salientando que esta, procura estudar as reações de indivíduo e grupos, no antes, durante e depois da ocorrência, como também visa contribuir na implementação de estratégias de intervenção psicossocial, no que tange à mitigação e na preparação da população.

Conforme Molina (2011) na atualidade emergências e desastres têm sido empregados teoricamente como fenômenos que ocorrem no meio social, dessa maneira o sofrimento humano, está proporcionalmente ligado ao contexto ocorrido.

Para Meller (2015), o apoio imediato, se apresenta a acionar a parte saudável desses sujeitos, de modo a facilitar as condições para se enfrentar o período crítico.

Conforme Ventura (2011) é de grande relevância apontar as intervenções em contexto pós-emergencial, por se tratar do acompanhamento das famílias acometidas pelas tragédias, que precisa lidar com as mais diversas perdas e dificuldades subsequentes. Em relação à assistência social, esse acompanhamento pode perpassar três níveis: proteção social básica, mediante equipes nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); a proteção social especial de média complexidade, através dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS); e por fim a proteção social especial de alta complexidade, por meio de abrigos e de instituições de longa permanência.

De acordo com o CREPOP (2019),para que seja possível uma reflexão ampliada referente à atuação da Psicologia em Situações de Emergências e Desastres, é necessário considerar as ações de modo integrado às redes de serviços públicos, tais como da Defesa Civil, SUS, SUAS, Segurança Pública e Educação, para que assim, seja possível contribuir para um plano intersetorial, evitando ações isoladas, desintegradas ou improvisadas.

Weintraub *et al.* (2015)mencionam que em alguns casos poderá ser necessário uma escuta especializada, como também casos que encareceram de intervenção médico-farmacológica específica em saúde mental. Dessa forma, é necessário analisar cada caso como único e singular.

Melo e Santos (2011) caracterizam que os desastres implicam em perdas, materiais e sociais, propiciando impactos sobre a vida das pessoas, e o psicólogo pode ajudar sob estas consequências, com as vítimas, comunidades e profissionais.

podendo atuar de forma direta ou indireta nos contextos de emergências e desastres.

Melo e Santos (2011) dimensionam que a ação direta, diz do atendimento às vítimas através da escuta atenta, entrevistas de apoio, ou também como portador de informações que possam ajudar a pessoa a se situar e se orientar diante de caos. Nas ações indiretas, evidenciam que a participação do psicólogo, refere-se na formação e preparação psicológica dos agentes que atuam de forma direta nas respostas de diversas ocorrências, e que estes devem estar conscientes dos impactos dos desastres sobre eles, e a importância de se resguardar, estando atentos à dimensão complexa nas atividades, aprendendo a identificar suas próprias limitações.

Weintraub *et al.* (2015)mencionam que a ação do psicólogo, independente do lugar em que se parta (seja voluntário, do SUS ou SUAS, membro de alguma organização não governamental) ela deve ser articulada de maneira integral em uma estratégia que possibilite o envolvimento de diversos atores nas respostas aos desastres. Propondo assim que é de grande relevância que o profissional não aja sozinho, muito menos desconheça a estratégia nos níveis de ação social e de saúde. Para que se apresente o mínimo de conforto físico e emocional, não perdendo de vista o horizonte da garantia de direitos sociais de cunho básico.

Melo e santos (2011) apontam que as contribuições da Psicologia na área de emergência e desastres são amplas. A sua relevância se dá tanto no nível social quanto acadêmico, visto que a sua prática nesse contexto, deve muito ainda ser investigada.

De acordo com Lomeña (2007 *apud* PARANHOS e WERLANG, 2015), a inserção da Psicologia nos contextos de Emergências e Desastres, demonstra a descoberta de que as pessoas podem manifestar reações psicológicas decorrentes de traumas seja físico ou emocional, em uma perspectiva individual ou coletivamente. Dessa maneira, a atuação da Psicologia nesses contextos reafirma a possibilidade de atuação em uma perspectiva divergente e ampla que contempla contextos individuais e coletivos.

Conforme o CREPOP (2019), apesar dos psicólogos atuarem no contexto de emergência e desastres com a escuta de pessoas que passaram por essas experiências, no fornecimento do acolhimento e na contribuição para a nomeação do sofrimento psíquico, a Psicologia não se limita e não se reduz a uma atividade clínica, esses podem contribuir no desenvolvimento da percepção dos riscos sociais e também ambientais, assim como as estratégias que podem ser empregadas pelo poder público e a população a fim de minimizar danos.

O Conselho Federal, emitiu uma nota técnica, referente a atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a política de proteção e Defesa Civil (2006). Na referente nota técnica, o Conselho Federal de Psicologia, menciona que em suma, o psicólogo deve estar com o registro ativo no Conselho Regional de sua área, como também o mesmo deve estar integrado ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, sendo este, um documento que rege as ações de atendimento médico hospitalar e psicológico às pessoas atingidas por desastres, este ainda orienta o cadastro de equipes técnicas e dos voluntários, para que possam atuar nesses contextos. Cabendo ao psicólogo garantir que os componentes de atenção psicossocial e saúde mental sejam contemplados neste plano.

Nesta nota técnica, o Conselho Federal ainda dimensiona que é imprescindível o registro documental dos atendimentos prestados, sendo um documento de grande importância para a produção de conhecimento, e também como prova idônea à defesa legal, devendo, este ser guardados por prazo mínimo de 05 anos. Como também, é postulado a respeito do sigilo e confidencialidade em relação às informações, protegendo assim a intimidade de pessoas, grupos ou organizações.

Para Paulino e Sant’Ana (2018), encarece ao psicólogo entender as demandas psicológicas e emocionais que são originadas das emergências e desastres partir de tais ocorrências.

Conforme Molina (2011), a aplicabilidade da Psicologia a contextos de emergências e desastres pode ser compreendida de maneira diferente entre as diferentes áreas e especialidades desta ciência.

Dessa maneira, percebe-se que as possibilidades de atuação e contribuições da Psicologia em emergência e desastres são amplos. Nessa perspectiva pretende-se salientar o foco de intervenção comunitária, a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária.

## 2.6 Psicologia de Emergências e Desastres e compromisso social: desafios para uma prática cidadã

Conforme o CREPOP (2019) os estudos da Psicologia entre as décadas de 60 e 70, seguia atrelada as mesmas perspectivas aos estudos da Psicologia de Emergências e Desastres, pois suas análises se concentravam em concepções psicopatológicas individuais.

Porém, de acordo com Almeida (2012), a proposta de uma Psicologia Social crítica, produzidos pelos psicólogos sócio-históricos, conduzia uma visão comprometida com a realidade, resgatando assim a historicidade e criação de um conhecimento comprometido com a transformação social.

O CREPOP (2019) traz a acrescentar que é necessário refletir sobre esta participação, tais como: o que é a Psicologia de Emergências e desastres, qual é a sua finalidade, e qual a sua responsabilidade social como norteador desse fazer nestes contextos.

Conforme Valencio(2010, *apud* WENTREBERG *et al.* 2015) a atuação do psicólogo não deve apenas levar em conta o sofrimento singular do sujeito afetado, mas como também, as políticas públicas que tem a finalidade de nortear as ações na gestão integral de riscos e desastres, propondo assim escapar de uma visão individualizante, que não considere o contexto sócio-histórico e político. Salientando assim, que a saúde mental deve ser pensada como algo indelegável a um sujeito único, mas contextualizada de forma múltipla, levando em conta os significados atribuídos de forma singular e também coletiva do contexto vivenciado.

Como cita Silveira (2011), no desenvolvimento da reabilitação, da organização e também da continuidade para retomar do cotidiano, não é possível colocar-se para fora do processo, apenas como observador, mas sim como participante, pois o psicólogo influencia e é influenciado pelas situações, bem como o mesmo é atravessado pelo processo.

Conforme Cita Diniz Neto e Belo (2015), a Psicologia de Emergências e Desastres, tem propiciado o seu foco e estudos em intervenções com questões de saúde coletiva, desenvolvendo-se e construindo novas questões.

De acordo com Silveira (2011), sabe-se que cada sujeito é único, e reage cada um de uma maneira ao que lhe acontece. Daí a importância de uma atuação próxima, partindo da valorização e mobilização comunitária, propiciando o fortalecimento do lugar e consequentemente o sentimento de pertença, a promoção de encontros pode contribuir com a superação de situações tão difíceis facilitando a organização social comunitária.

Wentreberg *et al.* (2015) dimensiona que a população em sua grande parte atingida, padecem de sofrimento intenso, contudo esta encontrará apoio e conforto em estratégias que sejam comunitárias e cotidianas. É postulado ainda que é de suma importância considerar o sujeito, o contexto vivenciado, a história, as relações bem como o entorno, assim como as condições e estratégias comunitárias e sanitárias. Dando ênfase nas referências, reorganização social, e a colaboração com as equipes, com diversas estratégias a fim de dar suporte para a reprodução das identidades das pessoas afetadas.

Como enfatiza Campos (2005) os trabalhos da Psicologia Social Comunitária, partem do levantamento das necessidades e também das carências vivenciadas pelo grupo e em suma nas condições de saúde, educação e saneamento básico, procurando assim, que os sujeitos assumam papel de sua própria história bem como tomem consciência dos determinantes sócio-políticos das condições em que estes vivenciam, e que sejam ativos pela busca de soluções dos problemas que se enfrentam.

Conforme Campos (2005), a Psicologia Social Comunitária enfatiza em termos teóricos que a construção do conhecimento se dá mediante a interação entre o profissional e os sujeitos de investigação. Utilizando-se da metodologia à pesquisa participante em que o psicólogo trabalha junto com os sujeitos.

Relacionando a Psicologia Social Comunitária com as Emergências e Desastres, é possível dimensionar as pontuações de Silveira (2011) que cita a aposta de um trabalho dinâmico, próximo e atuante, agregando práticas que visem à autonomia e cidadania para que dessa forma, os sujeitos tenham a capacidade de vencer desafios e organizar-se coletivamente. E desta forma com a participação da população atingida, que estes se tornam próprios protagonistas de suas vidas e de seu (re)fazer (re)criar-se e (re)significar-se .

Scisleski e Tittoni (2006) pontuam que a Psicologia Social não deve se submeter à lógica assistencialista por mais complexa e precária que seja a atuação em que o profissional esteja inserido, mas sim a aposta é que prevaleçam intenções que sejam capazes de propiciar a referência emancipada, que por sua vez é resultado do exercício da Psicologia Social. Isto se deve ao fato de que o assistencialismo enfatiza a cristalização de lugares e não no reconhecimento da potencialidade da autoria e da emancipação dos sujeitos.

Conforme Guareschi (2011) às relações comunitárias em que se constitui uma verdadeira comunidade possui relações igualitárias em que ocorrem entre pessoas que possuem direitos e deveres iguais. Tais relações implicam que todos tenham voz e vez e que sejam reconhecidos em suas singularidades e as diferenças entre si sejam respeitadas. As relações comunitárias implicam também que as pessoas sejam amadas e estimadas.

De acordo com Melo e Santos (2011) observa-se que a presença do psicólogo pode ser muito valorizada junto às comunidades e aos núcleos comunitários de Defesa Civil, estimulando a organização de lideranças comunitárias e de membros, no sentido de que cada um reconheça e saiba de sua importância e ações na perspectiva individual e coletiva, para a melhoria das condições em que vivem e de que forma cada um possa contribuir para isso. É importante que a Psicologia de Emergências e Desastres deve sempre buscar a compreensão das relações entre os membros e o entre o seu espaço.

Conforme Bauman (2008, *apud* FRATTARI 2008) na época em que vivemos extremamente carentes de certezas, segurança e proteção, os medos são muitos e indissociáveis da vida humana. Tememos a violência urbana, as catástrofes naturais, o desemprego, as epidemias, o terrorismo, a exclusão**.** Na perspectiva de Bauman, esperar que o Estado faça algo palpável para mitigar a insegurança, torna-se uma fantasia irrealizável.

“As esperanças de um maior controle e domínio sobre o mundo social e natural depositadas nos tempos modernos se esvaíram. No ambiente líquido-moderno, as incertezas, perigos e ameaças são uma constante”. BAUMAN (2008, *apud* FRATTARI 2008, p. 397).

Conforme Silveira (2011), os espaços de interação são mais adequados para lidar com essas questões que atravessam o âmbito individual e coletivo, onde é possível perceber, resistências, até mesmo por parte de outros profissionais que participam do atendimento da demanda dos atingidos, não conseguindo abrir os olhos para o afetivo, em que pode haver preconceito e desvalorização do trabalho em grupo da Psicologia Social Comunitária. Acreditando, que tudo é superado e resolvido a partir do momento em que a casa é novamente reerguida, contudo, para os profissionais que atendem a demanda psicossocial, este é o momento de maior sensibilidade para as famílias. Como cita Guareschi (2011), o que constitui um grupo, são as relações, e se não há relação nenhuma entre pessoas, jamais poderá se falar em grupo.

Como cita Coelho *et al.* (2007) espera-se que a Psicologia possa contribuir para a superação de uma visão individualista e diagnóstica das emergências e desastres e que esta compartilhe ideias voltadas à promoção da saúde, que são básicas para mudanças sociais significativas. Levando em consideração que a prática do psicólogo deva ser norteada em uma perspectiva psicossocial.

Conforme Silveira (2011) sabe-se que este caminho da participação coletiva, da organização social, da promoção do protagonismo das famílias, é importante para o fazer uma Psicologia comprometida com a ética e com a competência técnica. Dessa forma, será possível contribuir com a organização social e com ganhos significativos na saúde dos afetados e da comunidade.

Conforme Martins (2012), os estudantes de Psicologia interessados em ingressar-se para a Psicologia de Emergências e Desastres, devem dedicar-se os seus estudos às políticas públicas e Psicologia Social, além de buscar formação extracurricular na área em seminários, oficinas e informações disponibilizados pelo Conselho Federal de Psicologia, pois trata-se de um campo emergente e fértil para a realização de pesquisas.

# 3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

## 3.1 Classificação da pesquisa

O presente estudo foi elaborado de natureza pura, com cunho qualitativo, a fim de fornecer e contribuir com os conhecimentos coletados e discutidos a partir da literatura sobre o contexto de Emergências e Desastres e a Psicologia. Dessa forma o estudo foi desenvolvido como possibilidade de servir como base descritiva para futuras pesquisas aplicadas em intervenções práticas sobre à presente temática, como cita Gil (2002, p.18) “uma pesquisa sobre problemas práticos pode conduzir à descoberta de princípios científicos. Da mesma forma, uma pesquisa pura pode fornecer conhecimentos passíveis de aplicação prática imediata”.

A pesquisa foi realizada em um nível exploratório, no qual foi possível examinar informações que são pouco conhecidas no meio acadêmico especificamente na área da Psicologia, caracterizando a atuação do psicólogo em Emergência e Desastres e sua articulação com a Psicologia Social Comunitária.

## 3.2 Coleta de dados

O presente estudo foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica, como cita Pizzani *et al.* (2012, p.54),

entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes.

Utilizou-se a coleta e leitura de obras científicas com foco na Psicologia de Emergências e Desastres e o Compromisso Social da Psicologia. Dessa forma o estudo foi realizado com avaliação de referencial bibliográfico de revistas, artigos e dissertações publicados no formato físico e também em sites eletrônicos de acordo com o tema abordado, como a Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Scientic Eletronic Library (SCIELO) e no Google acadêmico (scholar.google.com.br).

Assim, a produção científica (bibliografia) sobre o conteúdo pertinente ao objeto de pesquisa foi reunida e estudada, bem como documentos diversos. Utilizou-se leitura de obras científicas clássicas em relação à Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária, mencionando entre eles obras clássicas dos autores Ana Mercês Bahia Bock e Silvia Tatiana Maurer Lane, Martin Baró e Cezar Wagner de Lima Góis. Como também, trabalhos contemporâneos tais como teses e dissertações sobre o fazer da Psicologia de Emergências e Desastres.

Foi utilizado ainda quanto aos meios, as contribuições do Conselho Federal de Psicologia e o portal da ABRAPEDE (Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres). Utilizou-se dos seguintes descritores: Psicologia Social, Psicologia Social Comunitária, Psicologia de Emergências e Desastres, Politicas Públicas, Contribuições da Psicologia.

## 3.3 Tratamento dos Dados

Após a fase de seleção os trabalhos foram conferidos por meio de leitura seletiva, a qual representou etapa decisória para escolha do material que consistiu em fonte bibliográfica para o estudo.

O processo da pesquisa bibliográfica inicial se deu com leituras exploratórias sobre o processo histórico e surgimento da Psicologia de Emergência e Desastre e a sua relação e atrelamento à Psicologia Social Comunitária, e assim posteriormente a exploração da leitura se deu do campo das politicas públicas.

Seguiu-se a leitura seletiva e a coordenação quanto à importância do trabalho e por fim, realizou-se a análise-crítica dos dados selecionados, na perspectiva qualitativa de cada conteúdo, para que assim fosse possível responder a proposta, assim como, os problemas e objetivos gerais e específicos.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante a realização do presente trabalho foi possível perceber que as Emergências e Desastres são diversos acontecimentos e fenômenos que podem ocorrer na vida dos sujeitos, interferindo no seu bem estar psicossocial. Dessa forma a Psicologia de Emergências e Desastres surge ao momento em que tais ocorrências afetam o objeto de estudo desta ciência, mediante a necessidade de intervenção em meio a tais cenários.

Foi possível dimensionar a partir da pesquisa bibliográfica, que a construção da Psicologia de Emergências e Desastres inicialmente em solo internacional foi fortemente ligada pela psiquiatria, o que demonstrava intervenções de cunho diagnóstico, que se tratavam os efeitos traumáticos esperados a partir de tais contextos. Contudo, é necessário abordar para além de tal concepção, apontando à perspectiva psicossocial, considerando as interações, os laços sociais, a historicidade, isto é, os indivíduos e as relações que este estabelece com o seu meio.

Pode-se perceber que a inserção da Psicologia de Emergências e Desastres no Brasil demonstrou outras possibilidades de desdobramentos da temática. A sua articulação com o Conselho Federal de Psicologia, atestou a necessidade e o interesse dos profissionais em suscitar novas pesquisas sobre este fazer, possibilitando subsídios técnicos articulados à Psicologia Social e as políticas públicas, que foi marco importante na história do país.

Dessa forma a Psicologia de emergências e Desastres faz relação importante com às políticas públicas, o que demonstra a necessidade dos profissionais de Psicologia conhecerem as mesmas no que tange a assistência social, saúde e Defesa Civil, pois as mesmas se fazem presente a contextos de pré, durante e pós-desastres, como também demonstra a Psicologia e sua responsabilidade social.

Sendo assim é possível dimensionar que a Psicologia Social Comunitária se articula com a Psicologia de Emergências e Desastres no que tange a perspectiva psicossocial, ao passo que possibilita um trabalho comunitário que vise o senso crítico, a consciência participativa e o resgate  do valor da condição humana de transformação, utilizando para tais metodologias de trabalho comunitário embasados em um saber técnico ético.

Nessa perspectiva, pensar na Psicologia de Emergências e Desastres e compromisso social é apontar a Psicologia Social Comunitária como fator preponderante nessa empreitada, tendo em vista que, o empoderamento dos indivíduos de modo contextualizado nas comunidades, produzem sujeitos ativos socialmente  e conscientes do papel que desenvolvem na sociedade, e como essa construção crítica interfere diretamente nas transformações sociais.

O sofrimento vivenciado pelos sujeitos acometidos por emergências e desastres, podem ser direcionadas pelo processo de ressignificação, que é conceito da Psicologia Social Comunitária. Possibilitar por meio do empoderamento que estas pessoas que passaram por tais experiências deem um novo sentido e novo refazer como forma de enfrentamento, é possibilitar estratégias contextualizadas no reconhecimento da potencialidade, para que tornem próprios protagonistas de suas vidas.

A Psicologia Social Comunitária que é orientada para a mudança social da população, objetivando a construção e mediação de sujeitos comunitários, transformadores da realidade vivida, promovendo a libertação, a autonomia, por meio do processo de conscientização, com um trabalho mais voltado à comunidade nos permite perceber o trabalho da Psicologia na Gestão Integral de Emergências e Desastres, que é atuante na mitigação de riscos entendendo que a Psicologia não se limita a intervenções somente ao contexto das ocorrências, mas sim um trabalho que permite conscientizar os sujeitos enquanto agentes ativos, conscientes dos contextos em que se encontram e cidadãos de direitos legalmente garantidos.

Dessa maneira, o trabalho do psicólogo social comunitário dentro do setor público, no que tange às emergências e desastres, é estar sempre trabalhando a partir das políticas públicas em prol das comunidades e famílias que lhe são recebidas para acolhimento, orientação e transformação de vida desses sujeitos das respectivas comunidades. Sendo um fazer que deve ser realizado com garra e determinação do profissional que a todo momento trabalha de modo desafiante, já que as dificuldades advindas do Estado lhe impedem muitas das vezes de realizarem o trabalho que realmente deveria ser feito, seja por falta de recursos ou mesmo pela limitação na aplicação das Políticas Públicas.

Dessa forma, é necessário pensar em ações permita o fortalecimento de vínculos, bem como a mobilização da comunidade para a construção de novos sentidos e de novos projetos de vida que são conceitos da Psicologia Social Comunitária, podendo ser aplicado antes, durante e depois as emergências e desastres.

Portanto, conclui-se mediante a presente pesquisa, que a Psicologia de Emergências e Desastres, é uma área de grande abrangência, podendo cada linha de abordagem seguir sua vertente teórica de intervenção, mas independente da área a ser empregada, o mais importante é pensar que os sujeitos encontram-se em contexto de vulnerabilidade de todas as ordens, seja material, física, emocional ou psicológica e nessas circunstâncias deve-se em suma fornecer o acolhimento as estas pessoas que se encontram desestabilizadas de forma a ajuda-las a encontrar um novo sentido e ressignificar esse processo da forma em que estas dão conta.

É importante salientar que o papel do psicólogo diante dos Contextos de emergências e desastres é amplo e abarca múltiplas perspectivas teóricas. O seu fazer vai desde a atuação nas ocorrências tendo como enfoque fornecer suporte psicológico às pessoas vítimas, familiares e as equipes socorristas, como também o papel de prevenção e situações posteriores a tais. A sua articulação com a Psicologia Social Comunitária, possibilita visualizar o leque de possibilidades e de caminhos a serem percorridos levando em conta que não existe receita pronta para todas as intervenções, mas cada atuação é única mediante as relações estabelecidas e as necessidades levantadas por cada comunidade.

Mediante a presente pesquisa realizada, foi possível perceber que os objetivos propostos foram alcançados, assim como grande ganho na vida acadêmica, o que torna possível a continuidade de novas pesquisas e de novas contribuições para o crescimento da área de Psicologia de Emergências e Desastres.

# 

# REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. P. Para uma Caracterização da Psicologia Social Brasileira. ***Psicologia: ciência e profissão***, n. 32 p.124-137, 2012. Rio de Janeiro. Disponível : <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1414-9893201200050000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500009)> Acesso em: 03 de set 2019.

ALMEIDA *et al.*A atuação do psicólogo comunitário a partir da psicologia da libertação. ***Ciências humanas e sociais,*** n.3 v. 2 p. 97-112, Maceió, 2015. Disponível : <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/2072/1282> Acesso em: 22 nov. 2019.

BENEVIDES, L. R. S. ***A Atenção Psicossocial e as intervenções geradas em contextos de desastre:*** a experiência de profissionais em Teresópolis. 2015. 79 p. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13792>> Acesso em 10 de set. 2019.

BOCK, A. M. B. O compromisso social da Psicologia: contribuições da perspectiva Sócio-Histórica. ***Psicologia em Foco.*** v.1 n.1jul-dez, 2008 São Paulo. Disponível em: < <http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_052333_1.pdf>> Acesso em 10 de set 2019.

BRASIL. [Lei Nº 12.608, de 10 de Abril de 2012](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.608-2012?OpenDocument). Política em Defesa Civil .Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>>. Acesso em 02 de set 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_ . [Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.742-1993?OpenDocument) Lei Orgânica de Assistência Social, Brasília. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>>. Acesso em 02 de set 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_ .[Lei Nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.080-1990?OpenDocument) Sistema Único de Saúde. Brasília. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>> Acesso em 11 de out 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_ .Resolução Nº 145, 15 de Outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social Brasília. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf>>. Acesso em 11 de out 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_ . Resolução Nº 130, de 15 de Julho de 2005. Sistema Único de Assistência Social. Brasília. Disponível em:<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiZ55Cy3PjkAhWnEbkGHRlNDvwQFjAAegQIABAC&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fcnas%2Flegislacao%2Fresolucoes%2Farquivos2005%2FCNAS%25202005%2520%2520130%2520%252015.07.2005.doc&usg=AOvVaw3IjLZp4vjZSSoC1IMrNOkK>> Acesso em 11 de out 2019.

BRUCK, N. R. ***A psicologia das Emergências:*** Um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma. 2007. 195 p. Doutorado em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/932>> Acesso em: 28 de ago. 2019.

CAMBAÚVA, L, G. Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia*.* ***Revista Estudos de Psicologia.*** v. 3, n. 2, p.207-227., 1998, Maringá. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n2/a03v03n2.pdf>> Acesso em: 10 de agosto 2019.

CARVALHO, A. C.; BORGES, I. **A trajetória histórica e as possíveis práticas de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres**. In: Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL, 5., 2009, São Paulo. 18 a 20 de Novembro de 2009. Disponível em: < <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2009/01/artigo-29.pdf>> Acesso em: 08 de jul. 2019.

CINTRA, M. S.; BERNARDO, M.H. Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social. ***Psicologia: Ciência e Profissão***. 2017 v. 37 n. 4, p. 883-896 out-dez, 20127. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n4/1414-9893-pcp-37-04-0883.pdf>> Acesso em: 12 de agos. 2019.

COÊLHO, A, L. **Psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção História e desenvolvimento.** In: 1° SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES MAIS SEGURAS. 1.; 2006, Brasília. *Anais...* 8 a 10 de junho de 2006., p. 51-58. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/i-seminrio-nacional-de-psicologia-das-emergncias-e-dos-desastres/>> Acesso em: 20 agos. 2019.

COÊLHO, A. E.; *et al*. Psicologia das Emergências e Desastres: Para Além Do Stress Pós-Traumático. ***Diálogos em Psicologia social*.** Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO, 3 de novembro de 2007, Rio de Janeiro. Disponível em:< <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/mesa/3152_mesa_resumo.htm>> Acesso em: 23 de out 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS.** CREPOP, 2011, Brasília, p. 24. Disponível em: <<http://crepop.pol.org.br/1658_documento-para-gestores-do-sus>> Acesso em: 10 ago. 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_ . **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** 20 p. Brasília, Novembro de 2014. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2012/07/Co%CC%81digo-de-%C3%89tica.pdf>> Acesso em: 12 de set 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_ . **Nota técnica sobre atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a política de proteção e Defesa Civil**. Brasília, Dezembro de 2016. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/documentos/nota-tecnica-sobre-atuacao-da-psicologia-na-gestao-integral-de-riscos-e-de-desastres-relacionadas-com-a-politica-de-protecao-e-defesa-civil>> Acesso em: 10 de set 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_ . **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres,** CREPOP, 81 p Brasília- DF, 2019. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/consulta-publica-do-crepop-atuacao-de-psicologasos-na-gestao-integral-de-riscos-emergencias-e-desastres/>> Acesso em 02 de set. 2019.

DINIZ NETO, O. D.; BELO, F. R. R. Psicologia das emergências. ***Revista institucional de Psicologia***, v.8 n.2 p.284-299 dez. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000200010> Acesso em: 28 de abr. 2019.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C.; TRINDADE, M. C. O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. ***Psicologia em Estudo***, Maringá, v. 19, n. 2, p. 201-209, abr-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n2/04.pdf>> Acesso em 08 de set. 2019.

FRANCO, M. H. Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática. ***Revista Estudos de Psicologia.*** n.10 v.2, p.177-180, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2005000200003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 09 de set. 2019

FREITAS, M. F. Q. Introdução a Psicologia Social a Comunitária. In: **Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade a autonomia.** 10 ed. Editora Vozes. Petrópolis, 2005.

FURTADO, J. *et al* . **Capacitação básica em Defesa Civil**. 2 ed. Florianópolis, 2013. 122 p.

GIL. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**- 4. ed. São Paulo, 2002.

GÓIS, C, W, L. Psicologia Comunitária, ***Universitas Ciências da Saúde*** – v.1 n.2 – 2008, p.277-297. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42537/1/2005_liv_cwlgois.pdf>

GUARESCHI, P. A. Relações Comunitárias Relações de Dominação. In: **Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade a autonomia.** 10 ed. Editora Vozes. Petrópolis, 2005.

JACQUEMOT, A, G. Definições de urgência e emergência critérios e limitações. In: ***Urgências e emergências em saúde: perspectivas de profissionais e usuários***. Editora FIOCRUZ, p. 15-26, Rio de Janeiro, 2005.

LANE, S, T, M. **Psicologia Social, o homem em movimento**. 14 ed. São Paulo, 2012.

MACEDO, J. P. *et al.* Novos desafios para a formação de psicólogos no Brasil. In: ***Práticas e saberes psi os novos desafios à formação do psicólogo. organizadores Ana Mercês Bock.*** *et al.*, Editora ABRAPSO. 291 p. Florianópolis 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133195>> Acesso de 12 de set 2019.

MARTINS, G. V. ***Práticas psicológicas junto às vítimas em situação de emergências e desastres:*** reconstrução de seus espaços de vida e suas relações intrapessoais. 2012. 53 p. (Monografia de Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica Das Minas Gerais, (PUC Minas), Belo Horizonte 2012. Disponível em: < <http://www.abrapede.org.br/publicacoes/praticas-psicologicas-junto-as-vitimas-em-situacao-de-emergencias-e-desastres-reconstrucao-de-seus-espacos-de-vida-e-suas-relacoes-intrapessoais/>> Acesso em 10 de set. 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. ***Estudos de Psicologia*** 1996, n. 2, p. 7-27. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>> Acesso em: 10 de nov. 2019.

MELLER, V. Primeiros auxílios psicológicos para indivíduos envolvidos em situações emergenciais e desastres. ***Revista da sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul***, Porto Alegre, v. 15 | Jan-Jul 2015. p. 55-59. Disponível em: < <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/97>> Acesso em: 12 de set 2019.

MELO, A. C.; SANTOS, F. A. As contribuições da psicologia nas emergências e desastres. ***Psicólogo in Formação***, v. 15, n. 15, p. 169-182, jan-dez. 2011. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PINFOR/article/viewFile/3177/3045>>. Acesso em: 10 de set. de 2019.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Política Nacional De Defesa Civil. Brasília, 2000, 53 p. Disponível em:< <http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Defesa-Civil.pdf>> Acesso em 16 de out 2019.

MOLINA, R. A Psicologia das Emergências e Desastres e compromisso social: a experiência latino-americana. In: ***Psicologia de emergências e desastres na América Latina****:* promoção de direitos e construção de estratégias de atuação / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011. p. 100. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-de-emergncias-e-desastres-na-amrica-latina-promoo-de-direitos-e-construo-de-estratgias-de-atuao/>> Acesso em: 10 ago. 2019.

MOLINA, R. **Psicologia das Emergências e dos Desastres:** uma área em construção História e desenvolvimento a partir da perspectiva chilena. In: 1° SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES MAIS SEGURAS. 1.; 2006, Brasília. *Anais...* 8 a 10 de junho de 2006., p. 51-58. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/publicacao/i-seminrio-nacional-de-psicologia-das-emergncias-e-dos-desastres/>> Acesso em: 20 de agos 2019.

NEPOMUCENO, L. B. *et.al.* **Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação**. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza. CE.  v. 39, n. 4, pp. 456-464, out./dez. 2008. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3532/3836>>. Acesso em 28 de set 2019.

NOAL, D, S. *et al.* Estratégia de Saúde Mental e Atenção Psicossocial para Afetados da Boate Kiss. ***Psicologia: Ciência e Profissão.*** n.4 v.36, p. 932-945, out-dez, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932016000400932&script=sci_abstract&tlng=pt>> Acesso em: 06 de set 2019.

PACHECO, R. F.; SOUZA, S. R. E. A psicologia junto às políticas públicas em situações de emergências e desastres. ***Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*** v. 2, n. 3, p.131-149 jan./jul. 2017. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/14252>> Acesso em 10 de set. 2019.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B, S, G. Psicologia nas Emergências:

uma Nova Prática a Ser Discutida. ***Psicologia Ciência e Profissão***, Rio Grande do Sul, v. 35 n. 2, p.557-571, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932015000200557&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 10 de set. 2019.

PAULINO, A. F.; SANT´ANA, F. G. F. A atuação do psicólogo frente ás emergências e desastres. ***Revista Ciências Humanas e Sociais***, Alagoas, v. 5, n.1, p. 81-98, nov. 2018. Disponível em <http://www.abrapede.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Atua%C3%A7%C3%A3o-do-Psic%C3%B3logo-nas-Emerg%C3%AAncias-e-Desastres.pdf> Acesso em: 12 de ago. de 2019.

PIZZANI, L.; *et.;* A arte da pesquisa Bibliográfica na busca do conhecimento. Revista Digital biblioteconomia. ***Revista Ciência e Comunicação***. v.10, n.1 p. 53-66. jul./dez. Campinas, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896> Acesso em: 20 de abr. 2019.

SÁ, A. D.; *et al* . Intervenção em crise, ***Revista brasileira terapia cognitiva*.**Rio de Janeiro,  Rio de Janeiro,  v.4 n.1  jun. 2008. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000100008>> Acesso em 10 set. 2019.

SAWAIA, B. B. Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia Social Comunitária – Práticas da Psicologia em Comunidades nas décadas de 60 a 90. In: **Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade a autonomia.** 10 ed. Editora Vozes. Petrópolis, 2005.

SCISLESKI, A. C. C. *et al*. A Psicologia Social e o Trabalho em Comunidades: Limites e Possibilidades. Revista Interamericana de ***Psicología Interamerican Journal of Psychology***, 2006, v. 40, n. 1 p. 51-58. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902006000100005>>. Acesso em: 14 de out 2019.

SILVEIRA, M. C. O papel do psicólogo como operador de emergências e desastres: contribuições para uma prática cidadã. In: ***Psicologia de emergências e desastres na América Latina****:* promoção de direitos e construção de estratégias de atuação / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011. p. 100. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-de-emergncias-e-desastres-na-amrica-latina-promoo-de-direitos-e-construo-de-estratgias-de-atuao/>> Acesso em: 10 ago. 2019.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. ***Psicologia: ciência e profissão***, Brasília, 2010, n. 30 p. 8-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002> Acesso em: 12 set de 2019.

SOUZA, N.L.F. a atuação da Psicologia em desastres e emergências: uma visão estratégica. ***Revista da Escola Superior de Guerra****,* v. 27, n. 55, p. 81-93, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/227/202/>. Acesso em 06 set. 2019.

TRABUCO, K. E. O.; SANTOS, D. S. Da reforma sanitária a reforma psiquiátrica: os movimentos sociais e a conquista de direitos. Universidade Federal da Bahia (UFBA) Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/da-reforma-sanitaria-a-reforma-psiquiatrica-os-movimentos-sociais-e-a-conquista-de-direitos.pdf>> Acesso em: 02 de set 2019.

VENTURA, R. Emergências e desastres e sua interface com as políticas públicas de saúde mental e assistência social. In: ***Psicologia de emergências e desastres na América Latina****:* promoção de direitos e construção de estratégias de atuação / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011. p. 100. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-de-emergncias-e-desastres-na-amrica-latina-promoo-de-direitos-e-construo-de-estratgias-de-atuao/>> Acesso em: 10 ago. 2019.

WEINTRAUB, A. C. A. M.; *et al*.; Atuação do psicólogo em situações de desastres: reflexões a partir da práxis. ***Revista Interface -Comunicação, Saúde, Educação***. v.19, n.53, p.287-298. fev. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832015005040564&script=sci\_abstract&tlng=pt> Acesso em 28 de maio 2019.

ZAMBENEDETTI, G.; SILVA, R. A. N. A noção de rede nas reformas sanitária e psiquiátrica no Brasil. ***Psicologia em Revista***. v. 14, n. 1, p. 131-150, jun. 2008, Belo Horizonte. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000100008> Acesso em: 06 de set 2019.